

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2017, da Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Bradesco Corretora"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Estruturada para atender clientes locais e estrangeiros, a Bradesco Corretora destaca-se como uma das mais atuantes do mercado brasileiro, com significativa participação nos mercados de Renda Variável e Renda Fixa.

A Bradesco Corretora oferece aos seus clientes um serviço completo de análise de investimento com cobertura dos principais setores e empresas do mercado brasileiro e também na América Latina. Nossa equipe de analistas é composta por especialistas setoriais (analistas seniores e assistentes), que divulgam suas análises aos clientes de modo equitativo, por meio de relatórios de acompanhamento e guias de ações, com ampla base de projeções e múltiplos de comparação. Possui também uma equipe própria de economistas dedicada às demandas específicas dos clientes, focado no mercado de ações. São enviados mensalmente relatórios, em português e inglês, para os mais importantes investidores nos EUA, Europa e Ásia, além do Brasil.

Mais do que os produtos tradicionais, na Bradesco Corretora os clientes têm à disposição produtos adequados a todos os perfis de investidor, como: Ações, Títulos do Tesouro Direto, Ofertas Públicas e outros títulos isentos de tributação, como Debêntures, CRI, CRA, entre outros.

Em sua área de varejo, do seqüência ao processo de qualificação do atendimento aos clientes, pessoa física, interessados em produto de Renda Variável e Renda Fixa, promovendo o treinamento de pessoal e investimentos nos sistemas que subsidiam as suas atividades. Possui ponto de atendimento, os Espaços Bradesco Corretora, distribuídos pelo território nacional, criados especialmente para orientar os clientes interessados em investir no mercado financeiro.

As atividades internacionais, conduzidas por meio dos escritórios de Nova York, Londres e Hong Kong mantêm um número significativo de clientes institucionais ativos, configurando um incremento na participação de mercado do Bradesco junto aos investidores globais. Desenvolvemos uma intensa

agenda de *Road Shows* com analistas e com empresas de capital aberto, organizando reuniões com investidores institucionais nos principais centros financeiros dos Estados Unidos, Europa e Ásia, incluindo Nova York, Boston, Washington, Chicago, Los Angeles, Londres, Edimburgo, Frankfurt, Singapura e Paris.

No primeiro semestre de 2017, a Bradesco Corretora ficou na 5ª posição do *ranking* dos mercados de renda variável da B3, dentre as 58 corretoras participantes. Atendeu 78.009 investidores e executou 8.830.740 ordens de compra e venda de ações, o que resultou em um volume financeiro de R\$ 119,3 bilhões no período.

O Bradesco *Home Broker*, que permite ao cliente a compra e venda de ações pela *Internet*, recebeu a cifra de R\$ 7,4 bilhões em volume negociado no Mercado à Vista da B3 no primeiro semestre de 2017, com o total de 1.891.641 ordens recebidas. Destas, 542.486 foram executadas, ocupando a 15ª posição do *ranking* anual das corretoras *Home Broker* nos mercados da B3.

No acumulado do primeiro semestre de 2017, a Bradesco Corretora negociou 18.801.514 contratos nos mercados futuros da B3, com volume financeiro de R\$ 1,8 trilhão, classificando-se na 10ª posição do *ranking* financeiro das 40 corretoras participantes.

O Lucro Líquido no semestre, somou R\$ 75,1 milhões, proporcionando uma rentabilidade anualizada equivalente a 4,38% do Patrimônio Líquido de R\$ 1,7 bilhão e os Ativos Totais somaram R\$ 3,2 bilhões. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social.

Agradecemos aos nossos clientes pelo apoio e confiança, e aos nossos funcionários e colaboradores pela dedicação ao trabalho.

São Paulo, SP, 26 de julho de 2017.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2017	2016
ATIVO		
CIRCULANTE	2.218.407	2.143.367
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	704	637
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	744.335	1.079.200
Aplicações no Mercado Aberto	744.335	1.079.200
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6a e b)	719.385	616.252
Carteira Própria	719.385	616.252
OUTROS CRÉDITOS	753.483	446.073
Rendas a Receber (Nota 8a)	8.466	6.513
Negociação e Intermediação de Valores (Nota 7)	731.876	430.726
Diversos (Nota 8b)	15.385	11.182
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 8c)	(2.244)	(2.348)
OUTROS VALORES E BENS	500	1.205
Despesas Antecipadas	500	1.205
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	945.441	344.653
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6a e b) ...	870.462	284.491
Carteira Própria	231.693	11.839
Vinculados à Prestação de Garantias	638.769	272.652
OUTROS CRÉDITOS	74.979	60.162
Diversos (Nota 8b)	74.979	60.162
PERMANENTE	46.935	43.478
INVESTIMENTOS	22.202	22.658
Participações em Coligadas:		
- No País (Nota 9a)	21.347	21.985
Outros Investimentos (Nota 9b)	2.732	2.732
Provisões para Perdas	(2.059)	(2.059)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	2.412	2.741
Outras Imobilizações de Uso	9.218	8.826
Depreciações Acumuladas	(6.806)	(6.085)
INTANGÍVEL (Nota 11)	22.503	18.079
Ativos Intangíveis	38.695	25.993
Amortização Acumulada	(16.192)	(7.914)
TOTAL	3.210.783	2.531.498

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2017	2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	142.625	128.698
Operações de Crédito	19	48
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c)	142.606	128.650
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	15	198
Operações de Empréstimos e Repasses	9	90
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 8c)	6	108
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	142.610	128.500
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(6.453)	36.497
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 15)	123.033	125.782
Despesas de Pessoal (Nota 16)	(58.541)	(35.389)
Outras Despesas Administrativas (Nota 17)	(51.915)	(33.380)
Despesas Tributárias (Nota 18)	(21.390)	(18.311)
Resultado de Participações em Coligadas (Nota 9a)	769	931
Outras Receitas Operacionais (Nota 19)	18.875	3.816
Outras Despesas Operacionais (Nota 20)	(17.284)	(6.952)
RESULTADO OPERACIONAL	136.157	164.997
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(227)	(6)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	135.930	164.991
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22a e b)	(60.789)	(73.770)
Provisão para Imposto de Renda	(25.781)	(37.378)
Provisão para Contribuição Social	(21.241)	(30.382)
Ativo Fiscal Diferido	(13.767)	(6.010)
LUCRO LÍQUIDO	75.141	91.221
Número de ações (Nota 14a)	972.586.238	666.750.935
Lucro por lote de mil ações em R\$	77,26	136,81

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	135.930	164.991
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(8.921)	6.035
Depreciações e Amortizações	3.459	2.413
Constituições/(Reversões) de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	(768)	4.439
(Reversão) de Provisão para Perdas	(11.147)	-
Resultado de Participações em Coligadas	(769)	(931)
Provisão para Outros Crédito de Liquidação Duvidosa	6	108
Perda na Alienação de Bens do Imobilizado	-	6
Outros	298	-
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	127.009	171.026
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	263.892	(173.339)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(151.975)	211.259
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	5.792	(316.011)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(88.074)	(56.210)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	156.644	(163.275)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aquisição de Títulos Disponíveis para Venda	(47.817)	(15.557)
Alienação de Imobilizado de Uso	-	1
Aquisição de Imobilizado de Uso	(102)	(201)
Aquisição de Intangível	(3.834)	(7.834)
Dividendos Recebidos	18	16
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos...	(51.735)	(23.575)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	104.909	(186.850)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	640.130	1.266.687
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	745.039	1.079.837
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	104.909	(186.850)

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Bradesco Corretora" ou "Instituição") tem por objetivo principal intermediar operações de ações e de contratos futuros, admitidas às negociações na B3 (nova denominação da BM&FBOVESPA e da CETIP), atuando também na custódia de títulos e valores mobiliários, é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e técnicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

Cessão de bens e direitos e assunção de obrigações

Em 7 de outubro de 2016, foi firmado contrato de Cessão de bens e direitos e assunção de obrigações entre a Bradesco - Kirton Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Bradesco Corretora, que adquiriu parte dos bens e direitos pelo valor de cessão discriminado em contrato, relativo ao acerto líquido abaixo mencionado:

Ativos	
Disponibilidades	549
Passivos	
Obrigações diversas - despesa de pessoal	549
Contas de compensação	
Custódia de valores	1.700
Depositários em valores em custódia	1.700
Negociação e intermediação de valores	25.970.185
Contratos mercado futuro não ligadas	25.671.387
Depósito de margem de clientes	50.675

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.956/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e às instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento. As operações com taxas prediais são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e as despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e as despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários

- Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - São aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são

b) Classificação por categoria e prazos

Títulos (1)	2017				2016	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado
Títulos para negociação (3)	90.432	60.708	67.212	499.993	718.345	718.345
Letras financeiras do tesouro	65.647	12.590	66.031	480.611	624.879	624.879
Letras financeiras	31	37.670	267	18.233	56.201	56.201
Notas do tesouro nacional	20.897	-	-	-	20.897	20.897
Debêntures	-	10.313	404	216	10.933	10.933
Letras do tesouro nacional	3.758	-	-	-	3.758	3.758
Certificados de depósito bancários	99	135	510	933	1.677	1.677
Outros	-	-	-	-	-	-
Títulos disponíveis para venda (4)	1.040	-	-	870.462	871.502	870.847
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	869.807	869.807	869.770
Ações	1.040	-	-	-	1.040	1.077
Outros	-	-	-	655	655	-
Total em 2017	91.472	60.708	67.212	1.370.455	1.589.847	1.589.192
Total em 2016	38.004	3.136	18.463	841.140	-	655

- As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. No encerramento do semestre a Bradesco Corretora possuía R\$ 704.776 mil (2016 - R\$ 615.246 mil), aplicados em fundos exclusivos administrados pela Organização Bradesco;
- O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificações, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;
- Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e
- Em 2017 e 2016, não foram realizadas perdas por *impairment* para os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil								
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	Totais	
		Legal	Estatutária	Próprias	Controladas e Coligadas			
Saldos em 31.12.2015	450.000	41.789	402.676	423	-	-	894.888	
Aumento de Capital com Dividendos Declarados (Nota 14b)	140.000	-	-	-	-	-	140.000	
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(87)	(41)	-	(128)	
Destinações: - Reservas	-	-	-	-	-	91.221	91.221	
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(90.354)	-	
Saldos em 30.6.2016	590.000	46.350	488.469	336	(41)	-	1.125.114	
Saldos em 31.12.2016	1.090.000	50.585	499.792	54	3	-	1.640.434	
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	339	7	-	346	
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	75.141	75.141	
Destinações: - Reservas	-	3.757	70.670	-	-	(74.427)	-	
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(714)	(714)	
Saldos em 30.6.2017	1.090.000	54.342	570.462	393	10	-	1.715.207	

As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis.

baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Negociação e intermediação de valores (valores a pagar e a receber)

Representadas por operações na Bolsa de Valores e Mercadorias, por conta e ordem de terceiros. As corretagens sobre essas operações são classificadas como receitas de prestação de serviços e são reconhecidas por ocasião da realização das operações.

Este grupo contábil encontra-se subdividido nas seguintes rubricas:

- Caixa de registro e liquidação: representada pelo

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

c) Resultado de títulos e valores mobiliários

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Títulos de renda fixa	104.442	51.656
Rendimentos de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	38.075	78.632
Títulos de renda variável	1.89	(1.638)
Total	142.606	128.650

d) A Bradesco Corretora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos nos semestres findos em 30 de junho de 2017 e de 2016.

7) NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIAÇÃO DE VALORES

Os saldos ativos e passivos referem-se às transações efetuadas por conta de clientes nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, cuja liquidação financeira é efetuada no mês seguinte, conforme composição demonstrada a seguir:

	Outros créditos		Outras obrigações	
	2017	2016	2017	2016
Devedores/credores por conta de liquidação pendente	730.762	430.686	1.052.806	1.090.642
Caixa de registro e liquidação	1.100	40	3.761	50.090
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	14	-	257.359	166.148
Total	731.876	430.726	1.313.926	1.306.880

a) OUTROS CRÉDITOS

Rendimentos a receber

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Serviços prestados - Taxa de custódia e de administração	8.462	6.477
Dividendos	4	4
Comissões e corretagens	-	32
Total	8.466	6.513

9) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas".

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital social % (1)	Lucro líquido ajustado	Valor contábil		Resultado de equivalência patrimonial	
			Ações	Cotas			2017	2016	2017	2016
Marília Reflorestamento e Agropecuária Ltda.	1.756	2.785	-	-	9	0,541537	15	14	1	1
Japira Holdings S.A.	1.091.313	1.761.044	13.219	-	-	1,211325	9.519	21.332	768	-
STVD Holdings S.A. (2)	-	-	-	-	-	-	-	21.971	-	930
Total							21.347	21.985	769	931

(1) A Administração possui avaliação que demonstra que a Instituição possui influência significativa nas investidas, por meio de: representação no Conselho de administração e na Diretoria; participação nos processos de elaboração de política, inclusive em decisões sobre dividendos; operações materiais entre as partes; e intercâmbio de diretores; e
(2) Investimento foi incorporado pela Japira Holdings S.A. em 31.10.2016.

b) Composição de outros investimentos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Investimentos por incentivos fiscais	2.701	2.701
Ações e cotas	28	28
Títulos patrimoniais	2	2
Obras de arte	1	1
Subtotal	2.732	2.732
Provisão para perdas em investimentos por incentivos fiscais	(2.059)	(2.059)
Total	673	673

10) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação	
				2017	2016
Sistema de processamento de dados	20%	5.082	(3.928)	1.154	1.298
Móveis e equipamentos de uso/instalações	10%	3.560	(2.615)	945	1.265
Sistema de segurança e comunicação	10%	576	(263)	313	178
Total em 2017		9.218	(6.806)	2.412	
Total em 2016		8.826	(6.085)		2.741

11) INTANGÍVEL

Os valores dos custos líquidos de amortizações com gastos de desenvolvimento de software correspondem a R\$ 21.188 mil (2016 - R\$ 16.757 mil) e de aquisição de software a R\$ 1.315 mil (2016 - R\$ 1.322 mil). A amortização acumulada corresponde a R\$ 16.192 mil (2016 - R\$ 7.914 mil).

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazo, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões. Destacamos a tese:

IRPJ - Em 2016 - R\$ 1.698 mil; pleiteia calcular e recolher o imposto de renda devido, relativo ao ano-base de 1997 e subsequentes, sem efetuar a adição da CSLL na base de cálculo respectiva, determinada pelo artigo 1º, da Lei nº 9.316/96, uma vez que essa contribuição representa uma despesa efetiva, necessária e obrigatória da empresa.

IV - Movimentação das provisões constituídas

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Início do 1º semestre de 2017	3.758	7.520	2.493	13.771
Constituições líquidas de reversões	676	864	(1.751)	789
Atualização monetária	58	139	28	225
Pagamentos	-	(1.188)	-	(1.188)
Transferências	-	(4.069)	-	(4.069)
No final do 1º semestre de 2017 (Nota 13b)	4.492	3.266	770	8.528
No final do 1º semestre de 2016 (Nota 13b)	2.740	2.654	2.444	7.838

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da Bradesco Corretora são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de sucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação são os seguintes: A atuação fiscal IRPJ e CSLL sobre suposto ganho não tributado quando da incorporação de ações da Bovespa pela Nova Bolsa (B3) no ano calendário de 2007 que, atualizada no primeiro semestre de 2017 corresponde a R\$ 35.479 mil (2016 - R\$ 33.131 mil), e Autuação de PIS e COFINS sobre suposto ganho não tributado quando da incorporação de ações da Bovespa pela Nova Bolsa (B3) no ano-calendário de 2008 cujo total montante em R\$ 50.447 mil (2016 - R\$ 46.806 mil).

13) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	34.811	52.804
Impostos e contribuições a recolher	6.423	4.882
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 22c)	6.065	3.796
Total	47.299	61.482

b) Diversas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Provisão para pagamentos a efetuar (1)	52.210	26.677
Provisão para ressarcimentos (2)	9.453	9.453
Provisão para passivos contingentes (Nota 12b)	7.758	5.394
Provisão para outros contingências	1.080	770
Provisões fiscais (Nota 12b) (3)	2.866	1.326
Total	74.137	35.841

(1) Inclui Participações nos Lucros e Resultados de empregados no montante de R\$ 26.058 mil (2016 - R\$ 16.382 mil);

(2) Refere-se à provisão para perdas, decorrente de operações com derivativos de ações; e

(3) Conforme Carta-Circular nº 3.782/16 do Bacen, a rubrica "Provisões para Riscos Fiscais" foi reclassificada de "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias" para "Outras Obrigações - Diversas".

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 1.090.000 mil (2016 - R\$ 590.000 mil) totalmente subscrito e integralizado é representado por 972.586.238 (2016 - 666.750.935) ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Movimentação do capital social

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	Quantidade de ações		Valor	
	2017	2016	2017	2016
Saldo em 1º de janeiro	972.586.238	576.560.685	1.090.000	450.000
Aumento de capital com dividendos declarados AGO/E (1)	-	90.190.250	-	140.000
Saldo em 30 de junho	972.586.238	666.750.935	1.090.000	590.000

(1) Em 9 de junho de 2016, o BACEN homologou a AGO/E de 29 de abril de 2016 que deliberou o aumento do capital social, proveniente de dividendos declarados no montante de R\$ 140.000 mil, mediante a emissão de 90.190.250 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, com a integralização à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

c) Reservas de lucros

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Reservas de lucros	624.804	534.819
- Reserva legal (1)	54.342	46.350
- Reserva estatutária (2)	570.462	488.469

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado, o enquadramento é verificado na Assembleia Geral de aprovação das demonstrações contábeis.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativos aos semestres findos em 30 de junho está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2017	2016
Lucro líquido	75.141	91.221
(1) Reserva legal - 5% sobre o lucro	(3.757)	(4.561)
Base de cálculo	71.384	86.660
Dividendos propostos	714	867
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado	1,0%	1,0%
Valor em Reais por lote de mil ações	0,73	1,30

15) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Corretagens de operações em bolsa	73.287	46.210
Rendimentos de tarifas bancárias - pessoa física	38.985	36.410
Comissões de colocações de títulos	810	212
Serviços de custódia	262	248
Outras (1)	9.689	42.702
Total	123.033	125.782

(1) Inclui o montante de R\$ 2.402 mil (2016 - R\$ 31.661 mil) referente a receitas com intermediação de operações estruturadas de clientes.

16) DESPESAS DE PESSOAL

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Participação dos empregados nos lucros	23.153	14.677
Proventos	21.334	12.789
Encargos sociais	8.490	4.234
Benefícios	5.214	3.604
Treinamentos	250	85
Total	58.541	35.389

b) Diversos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Depósitos para interposição de recursos fiscais	57.180	51.877
Créditos tributários (Nota 22c)	20.042	10.120
Depósitos para interposição de recursos cíveis	3.073	2.306
Depósitos para interposição de recursos trabalhistas	2.793	1.160
Títulos e créditos a receber	2.244	2.348
Pagamentos a ressarcir	1.634	1.402
Impostos e contribuições a compensar	258	636
Outros	3.140	1.495
Total	90.364	71.344

c) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Saldo inicial	2.245	2.303
- Provisão específica	7	64
- Provisão genérica	-	1
- Provisão sem característica de operações de crédito	2.238	2.238
Constituição	6	108
Baixas para prejuízo	(7)	(63)
Saldo final	2.244	2.348
- Provisão específica	6	109
- Provisão genérica	-	1
- Provisão sem característica de operações de crédito	2.238	2.238

17) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Serviços de terceiros	11.446	1.559
Processamento de dados	9.631	7.639
Comunicações	7.643	5.352
Serviços do sistema financeiro	7.386	7.340
Propaganda, promoções e publicidade	3.869	4.055
Amortizações e depreciações	3.459	2.413
Viagens	2.575	924
Serviços técnicos especializados	1.691	1.714
Aluguéis	1.365	1.176
Transportes	517	386
Manutenção e conservação de bens	445	279
Materiais, energia e outros	281	215
Outras	1.607	1.328
Total	51.915	33.380

18) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Acumulado em 30 de junho - R\$ mil	
	2017	2016
Contribuição à COFINS	10.670	10.286
Impostos sobre serviços - ISS	6.147	6.190
Contribuição ao PIS	1.734	1.672
Outras (1)	2.839	163
Total	21.390	18.311

(1) Referem-se basicamente a tributos sobre importações de serviços.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
23) OUTRAS INFORMAÇÕES
a) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Bradesco Corretora, como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

b) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);

- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis; e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

c) Em julho de 2017, a Organização Bradesco lançou um Plano de Desligamento Voluntário Especial, o qual poderão aderir todos os funcionários que preencherem os requisitos estabelecidos no regulamento do respectivo plano.

d) Não houve outros eventos subsequentes, que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2017.

DIRETORIA

Luiz Filipe Lopes Soares – Contador – CRC 1SP208127/O-5

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários em 30 de junho de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são os de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 16 de agosto de 2017


 KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP028567/O-1 F SP

 André Dala Pola
 Contador CRC 1SP214007/O-2